

União não refinanciará dívida estadual

BRASÍLIA — Para cumprir determinação contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o projeto de Orçamento para 1991, enviado ao Congresso Nacional, não contém dotações referentes ao refinanciamento externo da dívida de estados e municípios em que a União participou como avalista.

Nos anos anteriores o refinanciamento foi fixado em 53%, para 1990, e 75% , no ano passado, através da larga emissão de títulos. Em 1991, conforme afirmou o Diretor do Departamento de Orçamento da União (DOU), Cláudio Forghieri, o Governo participará apenas estabelecendo regras de reempréstimo (**relending**) entre os estados e municípios e seus credores.

— A União não pode mais fazer o papel de banqueiro e, conseqüentemente, não colocaremos títulos para refinarciament

interna — explicou o Diretor do DOU.

Para ele, é importante que essa nova postura do Governo Federal não seja distorcida, “levando o avalista a virar vilão”. Apenas atende os novos rumos da política econômica, de tentar reduzir paulatinamente a dívida interna, emitindo menos títulos públicos e amortizando os vencimentos com superávits de caixa.

Assim que voltar da viagem a Washington, onde participa de reuniões com o Fundo Monetário Internacional, o Presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, conclui os estudos sobre as regras para auxiliar a negociação entre estados e municípios e seus credores (basicamente bancos comerciais). Para 1991, os estados e municípios devem arcar sozinhos com os juros a vencer, além de negociar os atrasados (Cr\$ 44,8 bilhões) de 1990 com a União.